



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E  
COMBATE À FOME  
GOVERNO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
INSTITUTO MENINO MIGUEL  
OBSERVATÓRIO DA FAMÍLIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CRIANÇA, JUVENTUDE E  
PREVENÇÃO ÀS DROGAS  
PROGRAMA NACIONAL DE CAPACITAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DA  
ASSISTÊNCIA SOCIAL-CAPACITA SUAS  
ESCOLA DE FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DO SUAS - ESFOSUAS  
FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL –  
FADURPE  
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS

DAYANE KAROLINE SOUZA DE ALMEIDA CORREA

**TODO TRABALHO DIGNIFICA? UM ESTUDO SOBRE O TRABALHO INFANTIL NA  
CIDADE DE BARREIROS-PE**

Barreiros, Abril de 2023

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
INSTITUTO MENINO MIGUEL  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
I CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS

**TODO TRABALHO DIGNIFICA? UM ESTUDO  
SOBRE O TRABALHO INFANTIL NA CIDADE DE  
BARREIROS-PE**

DAYANE KAROLINE SOUZA DE ALMEIDA CORREA

Orientador: Prof. Me. Anderson Rafael Lima da Silva

Monografia apresentada ao Instituto Menino Miguel, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Políticas Sociais.

Barreiros, Abril de 2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Sistema Integrado de Bibliotecas  
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

C824t Correa, Dayane Karoline Souza de Almeida  
TODO TRABALHO DIGNIFICA? UM ESTUDO SOBRE O TRABALHO INFANTIL NA CIDADE DE  
BARREIROS-PE / Dayane Karoline Souza de Almeida Correa. - 2023.  
41 f.

Orientador: Anderson Silva.  
Inclui referências e anexo(s).

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Especialização em  
Políticas Sociais, Recife, 2023.

1. Trabalho Infantil. 2. Criança. 3. Adolescente. 4. Políticas Públicas. 5. Assistência Social. I. Silva, Anderson,  
orient. II. Título

CDD 320.6

---

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Me. Jeditism Conceição

(PPGH – UFRPE/ Escola de Conselhos de Pernambuco)

Prof. Me. Arthur Victor Gonçalves Gomes de Barros

(PPGH – UFPE)

Barreiros \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Á Deus.

Aos meus pais Ozias Pinto e Maria Joselita, ao meu companheiro Alan Dannilo, ao meu irmão Cilas Souza, a minha tia Eliane do Carmo e toda minha equipe de trabalho do CREAS Barreiros-PE.

## AGRADECIMENTOS

Ao meu companheiro Alan e meus pais, por acreditarem, apoiarem e incentivarem na realização de meus sonhos. À UFRPE e Capacita-SUAS pela oportunidade de participar da primeira turma da especialização em Políticas Sociais. À meu orientador Anderson Silva, pelo incentivo e paciência em todo percurso.

A todas, todos e todxs os professores(as) que fizeram parte de todo meu processo formativo, desde criança até os dias atuais, em especial aos professores e professoras desse curso de especialização por contribuírem de forma direta em meu processo de aprendizado.

## SUMÁRIO

	Página
Abreviaturas e Siglas	
Resumo	
Abstract	
1.INTRODUÇÃO	10
2. MEMORIAL	11
3. CONCEITUAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	18
3.1 ASSISTÊNCIA SOCIAL, NATURALIZAÇÃO E SUBNOTIFICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	23
3.2 BARREIROS E O COMBATE AO TRABALHO INFANTIL	26
4. PROJETO DE INTERVENÇÃO	31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38
CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
ANEXOS	
a. Questionários/Formulários	40

## **ABREVIATURAS E SIGLAS**

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social  
SUAS – Sistema Único de Assistência Social  
IFPE – Instituto Federal de Pernambuco  
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio  
HCP – Hospital de Câncer de Pernambuco  
COMPESA – Companhia Pernambucana de Saneamento Básico  
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso  
ZEIS – Zona Especial de Interesse Social  
UPE – Universidade de Pernambuco  
EAD – Educação à Distância  
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância  
PNAD – Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílio  
OIT – Organização Internacional do Trabalho  
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente  
SISC – Sistema da Informação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos  
SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos  
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil  
PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família  
PAEFI - O Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos  
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social  
UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco  
PPGH – Programa de Pós-graduação em História

## RESUMO

Os resultados obtidos por meio desse trabalho foram construídos a partir de pesquisa bibliográfica e de campo realizada entre os meses de junho de 2022 a março de 2023, no decorrer do curso de Especialização em Políticas Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco em parceria com Capacita SUAS. A pesquisa foi desenvolvida a partir de dados bibliográficos e de campo a partir do CREAS Mãos Acolhedoras na cidade de Barreiros-PE.

O intuito foi desenvolver um estudo aprimorado acerca do trabalho infantil no município de Barreiros-PE e contribuir de forma positiva no combate ao Trabalho Infantil, violência que tem posto fim na infância de muitas crianças e adolescentes de Barreiros e do mundo. Este trabalho discorre a partir de três capítulos, sendo eles, o primeiro que vai apresentar a trajetória de vida da autora a partir de um memorial, capítulo conceitual trazendo conceitos sobre a problemática estudada e o capítulo que vai apresentar o projeto interventivo que pretende-se aplicar. Para aprimorar este estudo tomou-se como base conceitos e discursões de autores como: Ana Lúcia Kassouf (2007), Miriam Padilha (2005), Dalmo de Abreu Dallari (2007), Gustavo Barboza (2014), Trevisam e Knoerr (2016) e instituições que trabalham em prol da causa como a OIT - Organização Internacional do Trabalho e UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância, assim como legislações nacionais como: Plano Nacional de Combate ao Trabalho infantil, Estatuto da criança e Adolescentes e Constituição Federal. O estudo, assim como a intervenção, será de grande relevância pois contribuirá no processo de combate ao trabalho infantil no município, visto que a temática se faz extremamente necessária pois trata-se de um problema real e diversas crianças e adolescentes submetidas ao trabalho infantil tem deixado de vivenciar sua infância, com sequelas que perpassam toda vida.

**Palavras-chave:** Trabalho Infantil, Criança, Adolescente, Políticas Públicas, Assistência Social.

## **ABSTRACT**

The results obtained through this work were built from bibliographic and field research carried out between the months of June 2022 to March 2023, during the Specialization course in Social Policies at the Federal Rural University of Pernambuco in partnership with CapacitaSUAS. The research was developed from bibliographic and field data from CREAS Mãos Acolhedoras in the city of Barreiros-PE. The aim was to develop an improved study about child labor in the municipality of Barreiros-PE and contribute positively to the fight against Child Labor, violence that has put an end to the childhood of many children and adolescents in Barreiros and around the world. This work is based on three chapters, the first of which will present the author's life trajectory from a memorial, the conceptual chapter bringing concepts about the problem studied and the chapter that will present the intervention project that intends to apply. To improve this study, concepts and discourses by authors such as: Ana Lúcia Kassouf (2007), Miriam Padilha (2005), Dalmo de Abreu Dallari (2007), Gustavo Barboza (2014), Trevisam and Knoerr (2016) and institutions that work for the cause were taken as a basis. such as the ILO - International Labor Organization and UNICEF - United Nations Children's Fund, as well as national legislation such as: National Plan to Combat Child Labor, Statute of Children and Adolescents and Federal Constitution. The study, as well as the intervention, will be of great importance as it will contribute to the process of combating child labor in the municipality, since the theme is extremely necessary because it is a real problem and several children and adolescents subjected to child labor have left to experience his childhood, with sequels that permeate his whole life.

**Keywords:** Child Labor, Children, Adolescents, Public Policies, Social Assistance.

## 1 - INTRODUÇÃO

O Presente trabalho tem como objetivo realizar uma reflexão crítica sobre a problemática do trabalho infantil enquanto um problema real do município de Barreiros e do mundo, além disso, refletir sobre os retrocessos que essa violação de direitos tem acarretado para a infância e a forma como é desafiador para rede de proteção o enfrentamento, sendo esse uma realidade invisibilizada pela sociedade. O texto se divide em três capítulos. O primeiro capítulo, trata-se do memorial, onde, serão apresentadas informações sobre a trajetória de vida pessoal, profissional e acadêmica, antes, durante e ao longo do processo formativo da especialização. A caminhada traçada até os dias atuais, os anseio e desafios de conciliar estudos e vida pessoal em um mundo que propaga informações falsas de um sistema neoliberal, sobre uma vida equilibrada e como isso desencadeou para meu amadurecimento.

O segundo capítulo refere-se a parte conceitual do trabalho e está subdividido em três tópicos, sendo eles: 1. Conceituação do Trabalho Infantil que irá dialogar de forma crítica a respeito da problemática, apresentando conceitos de autores de referência para o tema e de instituições que apoiam a causa, além disso são apresentados dados numéricos no que diz respeito ao trabalho infantil no Brasil, fazendo um panorama dos dados pós pandemia, período em que o trabalho infantil se intensificou nacionalmente conforme dados da UNICEF, visto que diversas famílias perderam sua fonte de renda e as escolas passaram por longos períodos fechadas e com aulas remotas. 2 Assistência Social, Naturalização e Subnotificação vai trabalhar sobre essas três questões, apresentando o papel da assistência social no combate, assim como as problemáticas que são desencadeadas com a naturalização e subnotificação do problema; 3 Barreiros e o combate ao trabalho Infantil será apresenta a realidade do município a partir de sua história, desde o início aos dias atuais, surgimento do trabalho infantil no município, falência da usina que resultou em muitos desempregos e conseqüentemente um elevado número de crianças e adolescentes submetidos a exploração do trabalho infantil, será apresentada a realidade do município em relação ao volume de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil e o trabalho desenvolvido através da rede intersetorial para combater essa prática.

No último capítulo está o projeto de intervenção, no mesmo será proposta uma ação interventiva que visa trabalhar com a rede de proteção à criança e adolescente, com objetivo de sensibilizar e fortalecer o combate ao trabalho infantil no município, visto que o

fortalecimento da rede é de fundamental importância, pois potencializará o fazer profissional na efetivação das políticas públicas.

O trabalho será de grande relevância para o município, pois além de contribuir para o acúmulo teórico que subsidiará a atuação profissional das equipes de trabalho, fortalecerá a luta pelo fim do trabalho infantil, nesse sentido, possibilitará aos leitores acesso a informações atuais do território, no que diz respeito a problemática, assim como, contribuirá para o planejamento de ações interventivas que surtam efeitos positivos para o combate dessa expressão da Questão Social.

Por fim, a construção desse trabalho possibilitará a reflexão sobre a disparidade entre casos em acompanhamento pelo CREAS e as subnotificações a partir dos dados fornecidos pelo Censo 2010 e o momento pós pandemia no município e como isso tem refletido de forma negativa no combate do trabalho infantil no território.

## **2 MEMORIAL**

Me chamo Dayane Karoline Souza de Almeida Correa, mulher de pele clara, cabelos lisos, 26 anos, evangélica, casada há um ano e seis meses. Tenho em minha vida um companheiro maravilhoso, sou mãe de coração de duas princesas lindas, Sophia, 9 anos e Analiz, 7 anos, minhas filhas do coração que amo demais e que foram um verdadeiro presente ao conhecer meu companheiro, não consigo encher minha vida sem os três. Atualmente, compartilhamos a guarda das meninas com a mãe e elas estão conosco quinzenalmente. É sempre uma alegria tê-las conosco e a despedida sempre nos deixa saudade.

Sou natural de Barreiros-PE, cidade da zona da mata sul do litoral pernambucano. Até 15 anos de idade residi na zona rural do município, no engenho Piabas de cima, terra onde dei meus primeiros passos, criei raízes e foi uma experiência essencial para minha vida pessoal e profissional. Em 2010, período que a zona da mata foi vítima de uma das maiores enchentes do estado. Um ano após o ocorrido, fomos contemplados com o Programa Minha Casa, Minha Vida, com isso, nos mudamos para a cidade.

A mudança para o meio urbano, me fez enxergar outras possibilidades, que antes residindo na zona rural não enxergava, com isso, a necessidade de ter poder de compra me fez adentrar no Trabalho infantil ainda adolescente, tendo em vista que no momento minha

família não poderia custear minhas vontades. Por um período de aproximadamente um ano, comercializei verduras na feira livre e vendi lanches na escola. Contudo, nunca abandonei os estudos e enxergava a prática como algo temporário. Hoje consigo perceber os riscos que enfrentei, a feira livre era em uma cidade vizinha, e aos sábados, saíamos em um caminhão, de madrugada, as vezes em baixo de uma lona pra livrar da chuva. Sem ninguém da família responsável por mim, apenas o meu contratante, um amigo da família. Me recordo que ia e voltava dormindo no chão duro do caminhão, pois tratava-se de uma rotina muito cansativa e que resultava em um desgaste além do que minhas forças físicas poderiam suportar.

Mesmo exercendo Trabalho Infantil, sempre fui uma criança e adolescente que me destacava no meio em que vivia, sempre fui uma criança organizada, criativa e com boas notas, era aluna que participava de olimpíadas de matemática, cordelista, bailarina dos desfiles cívicos, participava de tudo que era possível nas escolas em que estudei. Embora, fosse uma aluna comprometida, o meio em que vivia me limitava. A chegada do inverno era um exemplo, pois com as chuvas o acesso à escola não era possível. Mesmo com limitações, isso nunca foi motivo para desistir e mesmo sem visualizar muitas perspectivas ousei sonhar e mudar minha realidade. Sempre tive como objetivo estudar e fazer uma faculdade e segui firme, crendo que um dia realizaria.

Em meados de 2010, adolescente, aos 14 anos, iniciei um curso pela Childhood B Brasil, para formação de jovens e adolescentes mobilizadores de municípios do litoral sul de Pernambuco, então se inicia minha trajetória de luta em favor das causas do Sistema Único de Assistência Social. O foco principal do curso foi trabalhar acerca do enfrentamento ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, com processo formativo de aproximadamente 2 anos. Ao longo da formação, fomos recebendo orientações para o desenvolvimento de atividades em parceria com a rede de atendimento a criança e adolescente no município, com isso o contato com a rede intersetorial e socioassistencial no município foi frequente e isso me possibilitou a primeira aproximação com assistência social de Barreiros, tendo como referência o Centro de Referência Especializado de Assistência Social, pois atendia diretamente a problemática de violência e violação de direitos cujo tema era objetivo do curso. A formação abriu um leque de possibilidades e oportunidades, foi a partir dele que tive oportunidade de conhecer novas pessoas, construir amizades, conhecer outras cidades e estado, assim como lutar pelos meus direitos enquanto adolescente protagonista. A realização do curso foi essencial para escolha

da minha graduação, com ele tive um norte de qual área de atuação seguir. O curso me possibilitou colher muitos, inclusive, que se seguem aos dias atuais, um deles é meu atual trabalho, onde a partir da experiência enquanto jovem mobilizadora, quando mulher adulta recebi a oportunidade de estar à frente da gestão do CREAS de Barreiros a partir do convite do mesmo secretário de Assistência Social Roberto Marinho mesmo da época do curso, lembrou de minha história e oportunizou vaga de emprego no SUAS de 2021 aos dias atuais.

Em 2017, através do Exame Nacional do Ensino Médio, conquistei vaga em uma universidade privada por meio do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e a formação me proporcionou o título de Bacharel em Serviço Social. Toda minha trajetória acadêmica até o ensino médio foi em escola de rede pública municipal, estadual e federal, apenas na graduação estudei em rede privada, decorrente da não classificação em universidades públicas por meio do ENEM e isso chega a ser contraditório. Minha trajetória acadêmica inclui: Curso técnico integrado em Agropecuária, concluída em 2015, no IFPE – Instituto Federal de Ciências e Tecnologias de <sup>1</sup>Pernambuco - Campus Barreiros e Graduação em Serviço Social, <sup>2</sup>concluída em 2020, no Centro Universitário Maurício de Nassau – UNINASSAU. Por tratar-se de uma universidade privada, não existia investimento em bolsas de iniciação científica, extensão ou monitoria, logo, não foi possível a realização, contudo, no período da graduação aproveitei as oportunidades de participação em diversas atividades extra classe, como roda de conversa, palestras, seminários, fóruns, jornadas pedagógicas e encontros promovidos pelo conselho Regional de Serviço Social. Nunca me limitei aos eventos da instituição que fazia parte, sempre quis ir além, não só pela carga horária, mais por entender a importância da educação permanente e de como aqueles momentos poderiam somar em minha vida no

---

<sup>1</sup> Carlos Roberto Marinho da Costa II - Assistente social, especialista em gestão ambiental (UPE) especialista em planejamento e gestão (IMIP/FIOCRUZ), especialista gestão de indicadores sociais (FUNDAJ), mestre em Serviço Social (UFPE) doutorando em Serviço Social (UFPE). Atuou como assistente Social do IMIP, foi gerente de juventude do governo do estado, secretário de assistente social de Barreiros (2013-2016, 2021-2023), secretário de Assistência social de Pombos ( 2017-2018), coordenador do curso de Serviço Social da UNINABUCO, professor da UNINABUCO, Estácio, e professor substituto da UFPE. Atuou como professor de especializações da Estácio, UNINASSAU e UNIFG

<sup>2</sup> Childhood Brasil – Tem como objetivo a proteção à infância e à adolescência. O Foco de atuação é no enfrentamento do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes. Criada em 1999 pela Rainha Silvia da Suécia, a Childhood Brasil faz parte da World Childhood Foundation (childhood), instituição que conta com escritório na Suécia, na Alemanha e nos Estados Unidos. A organização é certificada como organização é certificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

futuro.

O Serviço Social já corria em meu sangue desde 2010, enquanto jovem mobilizadora, ter o serviço social como formação acadêmica me possibilita trabalhar com indivíduos na perspectiva de viabilizar acesso a direitos, assim como fortalecimento de relações sociais dos indivíduos atendidos e as mais diversas situações de vulnerabilidade social.

Como experiência de Estágio Obrigatório, me aventurei na Política de Saúde, sendo meu campo de estágio Serviço Social do HCP – Hospital de Câncer de Pernambuco. Foi um estágio de muitos desafios pela complexidade dos casos atendidos, assim como pelas especificações de cada usuário e a fragilidade decorrente do quadro clínico dos pacientes. Naquele estágio além da prática profissional, trabalhei alguns aspectos de minha vida emocional, força e empatia. No quesito da prática profissional foi possível unir teoria e prática para melhor atender os pacientes e garantir o início do acúmulo profissional a partir da prática vivenciada, troca de experiência com profissionais do serviço social e de outras áreas de atuação.

Na linha de estágio extracurricular, realizei na Política de Saneamento a partir de um processo seletivo realizado pela Companhia Pernambucana de Saneamento Básico – COMPEA e atuei por um período de dois anos. O campo de estágio foi a Gerência de Mobilização Social, responsável pela construção, execução e monitoramento dos programas, projetos e Ações voltadas às comunidades que receberiam obras da companhia e nesse, pude aprender a intervenção do serviço social no campo da gestão, uma experiência primordial que se soma aos dias atuais em minha atuação no SUAS.

Foi a partir do estágio na compesa que delimito meu tema para TCC – Trabalho de Conclusão de Curso, nessa feita fazendo uma crítica às “Injustiças Ambientais nos Processos de Saneamento Básico na Comunidade Zeis Santo Amaro em Recife-PE, o trabalho foi aprovado com nota máxima e indicado pela banca avaliadora para publicação. No período da graduação tive a oportunidade de participar da V Jornada Nordeste de Serviço Social, organizado pela UPE – Universidade de Pernambuco, onde submeti e recebi aprovação para apresentação em um dos eixos trabalhados no evento. O artigo foi publicado nos anais da jornada e tempos depois recebi o convite para que esse artigo fosse publicado em um livro da editora Atena, tendo como título do livro: O Serviço Social e a Superação das Desigualdades Sociais 2, e o artigo foi publicado como capítulo I, tendo como título: Trabalho, Questão Social, Serviço Social e os seus Desdobramentos na

Contemporaneidade.

Ambos os estágio possibilitaram acúmulo de experiências e foi a partir deles que foi possível aproximar o exercício profissional dos conteúdos aprendidos ao longo da trajetória acadêmica, assim como troca de experiências com outros profissionais, assim como compreender os limites e desafios do fazer profissional do Assistente Social em diversos campos de atuação.

Minha trajetória enquanto estudante não foi fácil, precisei mudar de meu território para a capital, visto que o curso se daria em formato presencial e as idas e vindas diárias de Barreiros a Recife seriam cansativas. Em comum acordo com meus pais, optamos em realizar a mudança. Meus pais sempre me incentivaram na vida acadêmica e pessoal, nunca mediram esforços para que eu realizasse cursos, participasse de seminários e palestras, apoiavam em tudo que era possível. Aos meus pais terei eterna gratidão, pois, parte do que sou devo a eles.

A saída da casa de meus pais me fez enxergar o mundo de outra forma e o amadurecimento pessoal foi sendo conquistar a cada dia. Inicialmente morei na residência de uma tia, na qual serei eternamente grata pelo acolhimento durante um ano e seis meses. No primeiro mês já senti a necessidade de ir em busca de emprego, visto que a ajuda de custo fornecida pelo meu pai não seria suficiente para as passagens e custos de estudante. Nesse sentido, iniciei a busca, e conseqüentemente o resultado foi positivo, fui aprovada em um processo seletivo na empresa de call center CONTAX, conhecida pelos universitários como porta de entrada para o primeiro emprego. Inicialmente, agarrei com muita força, me dediquei durante muito tempo, contudo, as condições de trabalho, perseguições por não atingir metas traçadas pela gestão foram desmotivando a cada dia e no primeiro ano já tinha interesse pelo desligamento, contudo, assim como a entrada na empresa, a saída era muito difícil e só um milagre divino para a demissão chegar de forma voluntária e o trabalhador deixar a empresa munido de todos os direitos trabalhistas. No meu segundo ano na empresa consegui me organizar e com ajuda financeira de meus pais, aluguei uma casa e passei a morar sozinha, minha vida que já era corrida, tornou-se ainda mais.

A experiência profissional na CONTAX durou três longo anos e seis meses, no último ano precisei me reinventar e dar conta de casa, trabalho, estágio e faculdade, uma louca jornada que iniciava diariamente às 4hrs da madrugada e se encerravam por volta das 0hrs da noite, nesse período eu apenas sobrevivia e as crises de ansiedade foram constantes,

mais ao meu lado existia sempre uma força que me impulsionava a nunca desistir. Recebi minha demissão, meses antes da defesa do trabalho de conclusão de curso, com tempo hábil para revisá-lo, com todos os direitos trabalhistas garantidos e grata por tudo que construí até aquele momento e por todas as amizades conquistadas que carrego até hoje. Esse foi o período mais desafiador e dolorido da minha vida, muitas noites sem dormir, muita preocupação pelo amanhã, ausência dos pais, fim de um relacionamento decorrente de uma traição, enfim, tudo cooperava contra, mais hoje consigo enxergar que essa página faz parte da minha história, cada momento foi importante para formação do meu caráter, profissionalismo, comprometimento e ética. Muito do que sou hoje devo aos erros, acertos, choros e alegrias vivenciados no passado.

O Estágio na Compesa me possibilitou uma contratação, como educadora social de uma obra que iniciou em março de 2020 em Jaboatão dos Guararapes - PE, contudo, fui surpreendida pela pandemia da COVID-19 e o contrato foi suspenso, conseqüentemente fiquei desempregada. Sem condições de me sustentar, sendo necessário retornar para minha cidade natal, com isso, mais um desafio a enfrentar, depois de quase cinco anos fora da casa de meus pais, iria retornar e já não era mais a menina que eles estavam acostumados, amadureci, atingi a maior idade e como meus pais lidariam com isso? Foram muitos questionamentos, mais, mesmo com medo, retornei para residência deles, e o processo de adaptação foi bem difícil, as regras impostas por eles precisavam ser obedecidas mais no fim deu certo. Era minha casa também, era meu lar, minha família.

O período da pandemia foi vivenciado por minha família de forma bem dolorida, perdemos minha avó para o vírus. Minha avó Nice, mulher guerreira e de muita fé, que me ensinou muito, não media esforços para agradar a mim e meu irmão. Sua partida foi dolorida, sem despedida, sem adeus, desumana, ela foi arrancada de nossas vidas de uma forma tão cruel, enterrada dentro de um saco no caixão, sem ao menos uma flor. Que dor.

A morte da minha avó pausou muitos planos e a vida até hoje não voltou ao normal, contudo, precisou ser seguida. Seis meses depois, literalmente encontrei um amor na quarentena, algo improvável pelo isolamento social, mais em minha vida foi real, e entre namoro, noivado e casamento vivenciamos um período de um ano de descoberta e em treze de setembro de 2021 nos casamos, uma loucura que tem dado certo e com o casamento, minha vida já havia se estabilizado em Barreiros e o desejo de retornar a Recife já não existia.

Desde que iniciei minha trajetória acadêmica, desejei dar seguimento a mesma por

meio de especializações, mestrado e doutorado e o processo seletivo realizado em 2022 pelo Capacita SUAS foi essencial nesse processo. A aprovação na especialização foi importante para o retorno aos estudos, visto que, com o advento da pandemia e a perda familiar não tinha saúde mental para manter os estudos e o resultado do processo seletivo foi comemorado com muita alegria, visto que na minha casa eu seria a primeira a ter oportunidade de tornar-me especialista e a partir dos estudos proporcionar uma vida melhor para os meus familiares.

A especialização me possibilita trabalhar de forma sistemática e aprofundada os conhecimentos sobre das políticas sociais, o que tem se somado aos conhecimentos que já havia acumulado ao longo de minha graduação e experiência profissional junto a assistência social, isso tem me oportunizado novos conhecimentos e amadurecimento profissional.

Estou trabalhadora do SUAS desde janeiro de 2021 e atuo na gestão do Centro de Referência Especializada de Assistência Social – CREAS, serviço público de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos que vivenciam ou vivenciaram situação de violência e/ou violação de direitos. Estou em meu terceiro ano de trabalho e o ano anterior, no início da especialização o município passou por um longo período de chuvas que acarretaram inundações em toda cidade, foi necessário intervenções noturnas e nos fins de semana que implicaram na realização das leituras das disciplinas do período durante um tempo, sem contar no cenário caótico que a cidade se encontrava e fazia-se necessário a intervenção sobretudo dos funcionários e funcionárias do SUAS.

A complexidade do programa e a gestão de equipe tem sido um desafio e paralelo a isso sou filha, esposa, boadrasta e estudante e ter que conciliar tudo isso diariamente foi e tem sido um desafio e em alguns momentos ao longo da especialização não conseguir atender as expectativas das disciplinas, falhei com alguns prazos e isso mexia muito com meu psicológico, o sentimento de tristeza e fracasso por muitas vezes foram constantes.

Às sextas-feiras, quinzenalmente era dia de receber minhas enteadas, assistir as aulas e dar atenção as crianças, desenvolver a maternidade e manter uma rotina de estudos, fazer essa conciliação de papéis foi de fato mais difícil do que imaginei. Mesmo com todas essas barreiras, nunca desistir, sempre tive como foco me realizar enquanto pessoa e seguir em meu objetivo no campo da educação permanente, reforçando sempre que o lugar que ocupo é um lugar de luta, de autonomia enquanto mulher, de empoderamento e realizações.

No início tive muita dificuldade para me adaptar e criar uma rotina de estudos, o

formato de Ensino a Distância- EAD era novo para mim, a plataforma de estudos me causava estranhamento e além disso existia um pré conceito pelo formato da especialização, até iniciar e perceber que as aulas online tem tanto potencial quanto o presencial. Tivemos professores excelentes, com dinâmicas de trabalho que dispensam comentário, professores que tinham empatia pelos estudantes e disponibilizavam prazos flexíveis para o envio das atividades, colegas de turma com vasta experiência no SUAS e com isso foi possível muita troca de saberes, assim como compreensão da realidade de vários territórios no âmbito da política de assistência social.

Todas as disciplinas e professores(as) foram importante e todos contribuíram de alguma forma em meu processo formativo. Os textos trabalhados e as reflexões das disciplinas, me possibilitaram muitas reflexões acerca do meu tema de pesquisa, logo, pude compreender melhor a problemática do trabalho infantil para além do que ele se apresenta. Iniciei a especialização com uma perspectiva referente ao meu tema e conclui com outro olhar.

As aulas presenciais foram estratégicas, veio em um momento primordial e decisivo, visto que estamos em fase final da especialização e conseqüentemente construção do TCC. Conhecer os colegas de turma, professores(as) e coordenação do curso proporcionou leveza e tranquilidade para um momento de tensão. Poder partilhar das dores e anseios e isso trouxe tranquilidade e combustível a mais para seguir.

O momento foi oportuno para conhecer o trabalho dos(as) colegas na atividade de simulação de defesa e com isso foi possível fazer a associação entre os temas e relacioná-los aos seus respectivos territórios, assim como, trazer algumas orientações e sugestões de atividades para a realidade de meu município.

Dialogar acerca do trabalho infantil é bem sensível para mim, a escolha parte do meu lugar, de onde vim e quem fui quando criança e adolescente. A 18 anos atrás quem estava nessa condição de vulnerabilidade social era eu e trazendo para meu contexto atual consigo perceber as implicações que essa violação de direitos trouxe para minha vida. Poder compreender que o Trabalho infantil é uma expressão da questão social decorrente de um sistema capitalista predador me faz refletir que eu não tive escolha, fui impulsionada pelas circunstâncias da vida, pela pobreza vivenciada pela minha família e pela possibilidade de ter melhores condições na perspectiva de adquirir com poder de consumo e é nessa perspectiva que irei trabalhar o Trabalho infantil enquanto retrocesso para a infância e os desafios do CREAS Mãos Acolhedoras do Município de Barreiros-PE no

atendimento em meu TCC.

### **3 CONCEITUAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL**

O Trabalho infantil é uma das muitas expressões da Questão Social decorrente da contradição entre o capital e o trabalho presentes na vida de crianças e adolescentes em todo mundo. Em junho de 2021 o número do Trabalho Infantil a nível mundial chegou a 160 milhões de acordo com estudos do Fundo de Emergência Internacional para Crianças das Nações Unidas - UNICEF e Organização Internacional do Trabalho OIT (2021) e no Brasil foram 32 milhões de casos registrado UNICEF(2023), isso é reflexo da situação de extrema pobreza que se desenhou no país entre 2016 e 2022 com os governos neoliberais, que tinham como foco o aumento das riquezas produzidas com concentração da renda que privilegia a classe dominante e consequentemente aumento da pobreza como resultado para classe trabalhadora.

O relatório adverte que, globalmente, 8,9 milhões de crianças e adolescentes adicionais correm o risco de ser empurrados para o trabalho infantil até o final de 2022 como resultado da pandemia. Um modelo de simulação mostra que esse número pode aumentar para 46 milhões se eles não tiverem acesso a uma cobertura crítica de proteção social. Choques econômicos adicionais e fechamentos de escolas causados pela Covid-19 significam que as crianças e os adolescentes que já estão em situação de trabalho infantil podem estar trabalhando mais horas ou em piores condições, enquanto muitos mais podem ser forçados às piores formas de trabalho infantil devido à perda de emprego e renda entre famílias vulneráveis. (UNICEF, 2021)

Conforme disposto na LEI do Jovem Aprendiz Nº 10.097/2000 que dispões de garantias para o jovem trabalhador na condição de aprendiz, considera Trabalho Infantil todo trabalho desenvolvido por crianças e adolescentes com idade inferior a 14 anos, a menos que seja na condição de jovem aprendiz e maiores de 16 anos para execução de atividade que não causem impacto no desenvolvimento infanto juvenil.

O termo “trabalho infantil” refere-se às atividades econômicas e/ou atividades de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não, realizadas por crianças ou adolescentes em idade inferior a 16 (dezesesseis) anos, ressalvada a condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos, independentemente da sua condição ocupacional. (BRASIL, 2019)

Embora no Brasil existem diversas normativas que indiquem a proibição do Trabalho Infantil, a realidade dessa problemática é bem diferente:

No Brasil, em 2016, segundo dados da PNAD Contínua, de um total de 40,1 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos, 1,8 milhão estavam no mercado de trabalho. Isso significa dizer que a taxa de trabalho infantil no Brasil, em 2016, era de 4,6%. Porém, considerando a “produção para o próprio consumo”, 716 mil crianças de 5 a 17 anos também realizaram trabalhos. (BRASIL, 2019, pag. 12)

Nesse sentido, é possível perceber uma divergência de informações, visto que Leis como a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente estão sendo violados constantemente e um número elevado de crianças e adolescentes estão em situação de Trabalho Infantil. A OIT exemplifica o Trabalho Infantil e reforça como é perigoso e prejudicial para as crianças e adolescentes, assim como interfere na sua socialização, convivência familiar e comunitária, em seu processo de escolarização com baixo rendimento escolar e frequência, podendo inclusive ocorrer evasão escolar. Paralelo a isso, em algumas situações, os responsáveis pelo Trabalho Infantil orientam que se combine frequência escolar com trabalho excessivamente longo e pesado, na perspectiva talvez de pensar, estar contribuindo de forma positiva na vida da referida criança e/ou adolescente.

Ainda de acordo com a OIT, são considerados as piores formas de trabalho “as atividades que por sua natureza, ou pelas condições em que se realizam, colocam em perigo o bem-estar físico, mental ou moral da criança.” Exemplos desse tipo de violência são “a escravidão, o tráfico de pessoas, o trabalho forçado e a utilização de crianças e adolescentes em conflitos armados, exploração sexual e tráfico de drogas. ”

No Brasil, período em que os índios habitavam o país, possuíam uma forma de organização sociopolítica diferenciada e as crianças na época contribuíam com seus pais no processo de cultivo para subsistência e a prática fazia parte da cultura dos povos primitivos. Nesse sentido, a exploração do Trabalho Infantil passa a existir no período do Feudalismo, onde, passaram a trabalhar para os senhores feudais em troca de moradia e alimentação, percebe-se a apropriação da mão de obra para fins de exploração do trabalho. Na revolução Industrial, período que vai de 1760 a 1840, a exploração do Trabalho Infantil tem um aumento significativo, tendo em vista que estrategicamente a mão de obra infantil seria mais barata, possibilitando um lucro ainda maior ao sistema capitalista de produção.

Na época as crianças e adolescentes foram submetidas a vivenciar condições precárias e perigosas para sua faixa etária, por diversas vezes colocando suas vidas em risco, submetidas a acidentes nas fabricas e muitas perderam a vida.

Os anos foram passando, a problemática de Trabalho Infantil se intensificando e no século XIX, inicia-se um processo de muitas mobilizações e críticas sobre o fim do Trabalho Infantil, possibilitando a reflexão da classe trabalhadora em relação a melhores condições de vida e direitos e a luta pelo início da construção de algumas normativas que acarretariam na garantia de direitos para crianças e adolescentes, nesse sentido, algumas normativas foram construídas.

Em 1927 foi construído o Código de Menores, primeira lei que garante direitos ao público infante juvenil e possibilitou algumas garantias para a infância, como proibição do trabalho infantil para menores de 12 anos.

Em 1979 foi feita atualização do código de menores e esse adotava a doutrina de “situação irregular” e interviam para que a criança e/ou adolescente voltasse a sua “normalidade.” Na época as crianças e adolescentes em situação denominada irregular era “os expostos, abandonados, vândios, mendigos e libertinos (PADILHA, 2005, P.39)” e “o proveniente de família pobre, desorganizada, desestruturada, em que imperam os maus costumes, a prostituição, a vadiagem e a pouca instrução (PADILHA, 2005, P. 40).” Nesse sentido é possível verificar que a normativa foi construída de forma a beneficiar os interesses do capital e punir filhos e filhas da classe trabalhadora, visto que o tratamento de crianças e adolescentes a depender da classe que este/a está inserido não se aplica, embora, ambos estejam nas mesmas condições de “anormalidade”, contudo foi a primeira legislação específica para crianças e adolescentes.

Passando-se alguns anos, mais precisamente entre os anos de 1960 e 1970 o mundo passou por um processo de transformação que modificou as formas de trabalho, substituindo o trabalho braçal pela implementação de máquinas. Mesmo com avanço tecnológico, crianças continuaram sendo exploradas para execução do trabalho infantil, o diferencial é que, crianças e adolescentes que no processo de colonização trabalhavam nos engenhos, passaram a trabalhar nos grandes centros urbanos, a partir do êxodo rural. Contudo, as condições encontradas pelas crianças, adolescentes e suas famílias foram distintas da anterior, isso porque:

Esses migrantes, em sua grande maioria, são pessoas modestas, sem qualificação profissional e, devido ao seu número elevado, não conseguiram habitações razoáveis, além de serem forçados a trabalhar nas atividades mais pesadas e com menor remuneração. Por isso estão concentrados nos bairros distantes da periferia ou moram em favelas, integrando a parte mais carente da população, de onde sai elevado número de crianças e adolescentes que vivem nas ruas em situação de marginalidade social. (DALLARI,2007, p.38)

Com a migração para os centros urbanos, percebe-se o acúmulo de injustiças sociais, pois, o desejo pela modernização aumentou as riquezas da classe dominante ao mesmo tempo que intensificou a pobreza, sendo essa uma das maiores consequências da Revolução Industrial. Ao passo que o país se modernizava, o trabalho ganhava ainda mais força pois se vendia no trabalho uma imagem de papel dignificador, disciplinador, que traria valor moral aos indivíduos que trabalhassem e um sentimento de nacionalidade para pessoas adultas, jovens e crianças pobres.

Em 1988 foi promulgada a Constituição Federal, nela, crianças e adolescente passaram a ser vistos enquanto sujeito de direitos e o Trabalho Infantil passa a ser entendido como violação de direitos; Todavia, não foi suficiente para que os direitos a esse público fossem efetivados mas acarretou-se em um processo de luta pela garantia de vários direitos e a pauta do trabalho infantil não foi diferente, a luta por essa causa ganhou forma e força ao longo dos anos.

Em meados da década de 80 e 90 o Brasil presenciou muitos avanços e retrocessos com o desenvolvimento capitalista, pois tais mudanças intensificaram a pobreza com o desenvolvimento desigual da sociedade. É possível perceber que nesse período houve uma desresponsabilização do estado para com a sociedade e as práticas caritativas se intensificaram em defesa do protagonismo social como exercício de cidadania, tendo como foco do estado a implementação de Políticas Sociais Focalizadas.

Esses entraves tem relação com os avanços da globalização, visto que, de acordo com publicação no site STOODI em 2021 a partir do século XXI aos dias atuais, o mundo vivencia o capitalismo dominante, sendo essa a quarta fase da globalização.

Em 1990 foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, instituído pela Lei nº 8.069, nesse documento, crianças e adolescentes passam a ser considerados sujeitos de direitos e garante Proteção Integral para as mesmas. O ECA proíbe o Trabalho Infantil e reforça que “crianças e adolescentes são pessoas em condições peculiares de desenvolvimento (PADILHA, 2005, P. 54).” E conseqüentemente não deve desenvolver atividades que possam impactar de forma negativa em seu desenvolvimento.

Segundo o Relatório da OIT e do UNICEF, estima-se que 160 milhões de crianças entre 05 e 17 anos foram submetidas ao trabalho infantil no começo de 2020, sendo 63 milhões de meninas e 97 milhões são meninos e 10 milhões de crianças e adolescentes são vítimas de escravidão, sendo distribuídas 70,9% em atividades na agricultura, 19,7% em atividades de serviços domésticos e 10,3% nas indústrias. (PERNAMBUCO, 2023)

Conforme Sistema de Informação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de

Vínculos - SISC (2022), 2.795 indivíduos estão em situação de Trabalho Infantil no estado de Pernambuco. Diante desse cenário é possível identificar fragilidade no combate ao Trabalho Infantil mesmo existindo legislações vigentes que proíbem a prática e órgãos competentes que deveriam desenvolver seu trabalho na perspectiva de erradicação e não levando para o caminho da subnotificação, nesse sentido, cada vez mais, crianças são submetidas ao Trabalho Infantil. Percebe-se que o censo comum interfere diretamente no combate, a aplicação do ECA nessa prática torna-se “flexível” dando brechas para que a sociedade e os órgãos competentes invisibilizam essa violência, contudo, ambos são Violações de Direitos que causam sequelas que perduraram por toda vida. O Trabalho Infantil, afeta a forma física e emocional de crianças e adolescentes em todo o mundo e que precisa ser dado um basta para que geração atual e futuras possam viver sua infância de forma digna, com qualidade e direitos garantidos.

### **3.1 ASSISTÊNCIA SOCIAL, NATURALIZAÇÃO E SUBNOTIFICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL**

Com o domínio do capitalismo, muitas famílias precisaram criar estratégias para sobreviver e umas das alternativas encontradas foi a prática do trabalho infantil. Na perspectiva de sanar essa violação de direitos, em 1996 foi criado o PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil que tinha como objetivo a construção e implementação de políticas públicas efetivas, a partir de um conjunto de ações que visavam retirar crianças e adolescentes das diversas situações de trabalho infantil a partir do desenvolvimento de atividades educativas realizadas no contra turno escolar.

Com as eleições de 2002 que elegeu como Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o mundo vivenciou mudanças positivas aos Direitos Humanos; Houve nesse período grandes investimentos às Políticas Públicas e Sociais, tendo como foco na criação de programas, projetos e ações que garantissem direitos a diversos públicos, um deles foram crianças e adolescentes, trazendo para diálogo o trabalho infantil, como sendo uma violação de direitos resultante do sistema capitalista de produção, causando retrocesso para infância. Nesse sentido, em 2005, além das diversas ações e atividades educativas, o PETI passou a disponibilizar um Benefício Social de Transferência de Renda atrelado ao Programa Bolsa Família para se somar na manutenção dessa criança ou adolescente durante a permanência no programa, uma garantia a mais para sobrevivência e manutenção da família.

O programa ficou vigente até o ano de 2012, quando houve sua integração ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, vinculado ao Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, com isso, as famílias assistidas tiveram perca do Benefício de Transferência de Renda disponibilizado pelo PETI. Em 2014 o PETI passa por uma reestruturação e passou a ser ofertado dentro das ações estratégicas da Política de Assistência Social de cada município. Nesse sentido, as atividades socioeducativas passam a ser desenvolvidas através do SCFV, que disponibiliza diversas atividades de acordo com ciclo de vida do indivíduo e visa fortalecer os vínculos familiares e comunitários, dessa forma a criança e/ou adolescente em situação de trabalho infantil e sua família passam a ser acompanhadas pelas equipes técnicas de PAIF/CRAS e PAEFI/CREAS a depender da especificidade de cada família.

Durante os 16 anos de governo do Partido dos Trabalhadores, foi visível o compromisso com a causa. Diversas ações, projetos e programas foram desenvolvidos e o Brasil seguia um caminho de diminuição nos índices do Trabalho Infantil, contudo, a partir do empitimam que coloca no governo Michel Temer, inicia-se um processo de desmontes das Políticas Públicas através da PEC 241 que prevê o congelamento de gastos por 20 anos e que se mantém aos dias atuais. Investimentos para as Políticas de Saúde, Educação e Assistência Social passam a ser reduzidos, trazendo impactos principalmente para população que vive em situação de vulnerabilidade social, onde, crianças e adolescentes passam a enfrentar a pobreza extrema, solidão, abandono e medo. O Cenário vivenciado no país só reforça o descomprometimento do Estado em assumir suas responsabilidades como garantidor de direitos para a sociedade reforça seu papel como principal violador. Como consequência, o Brasil retorna para a linha da pobreza tendo impactos diretos na vida da população em situação de pauperização.

Diante do cenário caótico que o Brasil se encontra, no âmbito municipal as Polícias Públicas recebem impactos na execução dos programas, projetos e ações a partir do processo de desmonte. Com isso, os desafios para enfrentar o Trabalho Infantil se intensificaram drasticamente, visto que equipe de CRAS e CREAS e demais Políticas Públicas em todo o Brasil não possuíam recursos financeiros ou humanos suficientes para manter equipes, assim como executar suas atribuições com qualidade e meios para tal, principalmente no que diz respeito a Erradicação do Trabalho Infantil.

As equipes do SUAS em muitos dos estados brasileiros e municípios possuem equipe mínima, logo, atender e desenvolver ações combater ao Trabalho Infantil, isso

somando-se as diversas demandas do respectivo programa torna-se um desafios, dessa forma TREVISAM e KNOERR (2016, p. 152) diz que “as Políticas Públicas instituídas para Erradicar a Pobreza e conferir ao ser humano um tratamento digno vêm apresentando falhas funcionais e estruturais e até não se concretizam por falta, em várias situações, de interesse político”, nessa perspectiva durante o governo do ex presidente Jair Messias Bolsonaro, percebeu-se total desresponsabilização do estado, na efetivação das Políticas Públicas, isso porque viu-se um líder que tinha interesse pelo aumento do capital como prioridade e a não efetivação dos direitos humanos, com isso houve aumento nas desigualdades sociais e aumento acentuado da pobreza, colocando a Classe Trabalhadora em situação de Vulnerabilidade Social.

Mesmo com todo o desmonte ocorrendo no Brasil, a Organização Nacional das Nações Unidas havia declarado 2021 como Ano Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil, pois, com a intensificação das ações de cunho mobilizador e preventivo possibilitaria que o mundo iniciasse um processo horizontal na luta. Contudo, o contexto pandêmico vivenciado pelo mundo desde janeiro de 2020 intensificou a pobreza e famílias tiveram dificuldades para acessar os mínimos sociais, para além da pandemia outros fatores contribuíram para o aumento do combate ao Trabalho Infantil como a Reforma do Novo Ensino Médio que fragiliza as possibilidades das famílias em situações de Vulnerabilidade Social acessarem as universidades públicas e atuarem em profissões de melhores remunerações e as Reformas Trabalhistas que acarretaram em diversas fragilizações em contratos de trabalho, que beneficia diretamente os detentores dos meios e produção e fragiliza as condições de trabalho para classe trabalhadora. Essa realidade foi um retrocesso em pleno século XXI e todo o progresso alcançado através das lutas sociais de combate ao Trabalho Infantil ao longo de anos estagnou-se no tempo. E isso é reafirmado a partir dos dados emitidos pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF:

O número de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil chegou a 160 milhões em todo o mundo – um aumento de 8,4 milhões de meninas e meninos nos últimos quatro anos, de 2016 a 2020. Além deles, outros 8,9 milhões correm o risco de ingressar nessa situação até 2022 devido aos impactos da Covid-19. (UNICEF, 2021)

Além da pandemia da covid-19 e sequelas ocasionadas pelo ex governo neoliberal no país, o retorno do Presidente Lula abre espaço para um estado democrático de direitos, com a perspectiva de implementação e investimentos para as Políticas Públicas no país, o que possibilitará o fortalecimento da Garantia dos Direitos, sobretudo para população em situação de Vulnerabilidade Social.

Nesse sentido, vale reforçar que vivenciar a infância é um direito humano, que perpassa a vida de todo indivíduo, desde seu nascimento, até completar seus dezoito anos de idade e alcançar a maior idade, sendo reconhecido pelo estado e sociedade enquanto pessoa adulta, logo, é papel do Estado garantir a efetivação dos direitos através das Políticas Públicas para todos os seres humanos e principalmente ao público infante-juvenil por ser um público prioritário através do ECA.

Diante do cenário apresentado, é fundamental que os investimentos nas Políticas Públicas ocorram e que essas sejam efetivadas, possibilitando assim a garantia de direitos, sobretudo, para populações em situação de pauperização, sendo assim, vale ressaltar que de acordo com dados do CAD Único (2022), dados de Barreiros-PE indicam que 52% da população vive em situação de pobreza, logo, o Trabalho Infantil para muitas famílias do município torna-se um escape, mesmo sendo uma Violação de Direitos.

A sociedade normaliza e romantiza o Trabalho Infantil, nesse sentido, muitos casos são subnotificados, isso porque a sociedade e integrantes da rede de proteção à criança e adolescente enxergam o Trabalho Infantil como algo que irá dignificar a criança ou adolescente quando estiver em sua fase adulta. É um pensamento ultrapassado para o século presente, contudo é a realidade vivenciada em diversas cidades em todo país.

Esse cenário denota um grande desafio para efetivação das políticas públicas, visto que população e atores da rede de proteção à criança e adolescente normalizam essa prática, com isso, existe um processo de contradição, que conseqüentemente fará com que diversas crianças que estão ou virão a estar em situação de Trabalho Infantil, percam sua infância e tenham sequelas ao longo de sua vida. Todavia é possível enxergar um fim para o trabalho infantil, contudo, será necessário fortalecimento do trabalho em rede e investimento em políticas públicas e de transferência de renda para as famílias brasileiras.

A subnotificação do Trabalho Infantil é um problema real, visto que o investimento de políticas públicas se dá a partir das expressões da Questão Social em dado território, logo, a falta de notificação deixa explícito a não existência dessa violência, sendo essa uma realidade bem distante do dia a dia nos municípios.

A notificação do Trabalho Infantil se faz extremamente necessária, pois, com casos confirmados em sistemas de monitoramento, sobretudo na vigilância socioassistencial e epidemiológica de saúde dos municípios, além da efetivação das políticas públicas é possível cobrar do poder público mecanismos de combate e levar a pauta para o debate em conselhos municipais de criança e adolescente, conselhos tutelares, escolas e demais órgãos

de proteção. Tornar a pauta pública é um dos caminhos para sensibilizar e combater o Trabalho Infantil.

### **3.2 BARREIROS E O COMBATE AO TRABALHO INFANTIL**

Barreiros, cidade localizada na zona da mata sul de Pernambuco. De acordo com o Censo 2010 a cidade possui 40.732 mil habitantes, sendo eles residentes da zona urbana 33.969 habitantes e da zona rural 6.751 habitantes. A cidade teve sua fundação em 1980, tendo hoje 163 anos de história. O Nome a cidade é resultado das escavações de barro realizadas no solo do território, com isso deu-se o nome Barreiros que provém do barro.

Os primeiros povos a habitar Barreiros foram os índios Caetés, descendentes de Felipe Camarão, um dos líderes da Restauração Pernambucana. A cidade inicia sua história a partir da conquista de terras por parte dos índios que ali habitavam e viviam do monocultor. Os anos foram passando, novas composições de famílias foram sendo constituídas no processo de miscigenação de outros indivíduos a partir de migração à Barreiros.

Os anos foram passando, o sistema capitalista de produção atualizando sua forma de exploração e em Barreiros não foi diferente, os moradores que antes viviam de favor nas terras dos donos dos engenhos por serem trabalhadores e trabalhadoras do território, com a construção da nova Usina Central Barreiros em 1928, grande parcela da população do campo que trabalhava na agricultura familiar deixaram de trabalhar para os donos dos engenhos e passaram a trabalhar para o sistema canavieiro, a partir da extração da cana de açúcar de suas terras, com isso, Barreiros inicia sua história como cidade canavieira e surge os primeiros casos de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, pois estes se somavam as suas famílias no corte de cana e trabalhos nas lavouras em geral.

A facilidade de inserção de crianças e adolescentes na lavoura se dava

Pela pouca exigência de qualificação da mão de obra e por conhecimento pelo setor predominante e demais segmentos produtivos associados à realidade socioeconômica local, de um lado, e pela necessidade das crianças e adolescentes terem de abandonarem os estudos para trabalhar e contribuir na renda familiar (BARBOZA, 2014, p.154).

Esse cenário foi a realidade de Barreiros por muitos anos, os filhos e filhas dos trabalhadores e trabalhadoras não tinham oportunidade de frequentar escolas e estudar, pois

seu compromisso com sua família não lhe possibilitava estar na escola, além disso, os que acessavam não se adaptavam, isso porque a

Realidade apontam a existência de uma rede escolar inadequada quanto ao ensino proposto (temáticas, calendário e formação docente), a elevada evasão e repetência dos estudantes filhos de canavieiros e à necessidade daqueles ainda crianças e adolescentes abandonarem os estudos para contribuírem na renda familiar com seu trabalho na lavoura canavieira. (BARBOZA, 2014, p.120)

Passando-se alguns anos, mais precisamente em meados de 1997 a Usina local declarou falência, com isso, a cidade passou um período de pauperização, visto que os ex funcionários não possuíam qualificação profissional e não estavam preparados para adentrar no mercado de trabalho naquele momento.

Hoje, 25 anos pós falência da usina, a economia passou a girar em torno do comércio local, o mesmo passou a ter abrangência das cidades circo vizinhas. Mesmo após tantos anos é possível evidenciar resquícios do trabalho infantil, o que mudou foram os espaços que essas crianças passaram a ocupar, antes eram as lavouras, hoje, são o comércio local em sua mais diversa especificidade.

A partir da nova realidade econômica vivenciada com o decréscimo da atividade açucareira, a demanda de emprego urbano da Zona da Mata, vem sendo absorvida pelas atividades comerciais como feiras, comércio ambulante, pequeno comércio de alimentos e vestuário e na oferta de serviços pessoais, por meio de empregos domésticos, serviços de higiene pessoal e ocupações em serviços de alojamento e de alimentação. (BARBOZA, 2014, p.126).

Nesse sentido, houve atualização na forma de exploração da mão de obra infantil e no território de execução do trabalho, porém, nenhuma melhoria no que diz respeito a diminuição dessa violação de direitos, e o cenário perpassa de geração a geração.

Diante do cenário exposto, ações focalizadas foram realizadas através de Programas Estaduais como para erradicar o Trabalho Infantil, contudo, na medida que os programas iam deixando de existir o trabalho não foi dado continuidade no município e conseqüentemente, o volume de crianças e adolescentes submetidos ao trabalho foram aumentando, ano a ano.

Em 2021 a nova gestão municipal e equipe do CREAS passa a executar as ações de combate ao trabalho infantil no município através do Programa Praia Legal, programa do governo do estado que tem como finalidade desenvolver ações municipais de combate a essa violação de direitos com ações focais nas praias dos municípios litorâneos, assim como trabalhar com a cadeia produtiva do turismo. Paralelo as ações de sensibilização o serviço de abordagem social foi implementado, o que possibilitou a equipe identificar e

mapear os casos de Trabalho Infantil. Assim, nos últimos dois anos diversas ações foram desenvolvidas na perspectiva de sensibilizar a população, contudo, a naturalização popular tem sido até os dias atuais um gargalo para o combate e as crianças e adolescentes em situação de Trabalho Infantil são invisibilizadas.

Somando forças ao trabalho desenvolvido pelo CREAS, em 2022 a secretaria de Saúde municipal firma parceria com o CEREST Regional do Cabo, e inicia-se um processo de trabalho com profissionais de saúde de capacitações e sensibilização sobre a causa. Paralelo a isso, o CEREST possibilita a vinda do Ministério Público do Trabalho à Barreiros e amplia as ações para a secretaria de Educação através do projeto MPT nas escolas que vai trabalhar a temática de forma lúdica e criativa, e o município segue se fortalecendo na luta pelo fim do combate ao Trabalho Infantil. Hoje, são três secretarias municipais trabalhando de forma direta na prevenção e combate dessa violência e as demais contribuem de forma indireta a partir das particularidades de sua atuação no município.

Diante das ações desenvolvidas, até o dia 16 de dezembro de 2022 foi possível identificar um total de 15 indivíduos, sendo uma criança e quatorze adolescentes em situação de Trabalho Infantil, ambos de gênero masculino, com idades entre 11 e 15 anos. Desse total cinco se declaram de cor parda, onze de cor preta. Dos casos identificados apenas o usuário de nº 11 estava em situação de evasão escolar no momento da coleta de dados, os demais estão matriculados em escola de rede pública e com família em situação de vulnerabilidade social. De acordo com a equipe de abordagem social do CREAS, algumas causas que motivaram as 15 crianças e adolescentes do estudo a estarem nessas condições foram por insegurança alimentar, para comprar o que quiserem com o valor adquirido e por influência de familiares.

FAMÍLIA	TERRITÓRIO	B.F	TIPO DE T.I	GÊNERO	IDADE	RAÇA
USUÁRIO 1	06\BAETÉ	S	COMERCIALIZA HORTALIÇAS	M	13 <sup>a</sup>	PARDA
USUÁRIO 2	06\MASSA FALIDA	N	DESCARREGA CAMINHÕES NA FEIRA LIVRE	M	13 <sup>a</sup>	PRETA

USUÁRIO 3	03\PEDRO JANUÁRIO\GR ANJA	S	COMERCIALIZA HORTALIÇAS E VERDURAS	M	14 <sup>a</sup>	PRETA
USUÁRIO 4	09\tIBIRI	S	COMERCIALIZA HORTALIÇAS	M	14 <sup>a</sup>	PRETA
USUÁRIO 5	09\tIBIRI	S	COMERCIALIZA VERDURAS	M	13 <sup>a</sup>	PARDA
USUÁRIO 6	02\RUA DO CEMITERIO	S	COMERCIALIZA FEIJÃO	M	15 <sup>a</sup>	PRETA
USUÁRIO 7	02\RUA DO CEMITERIO	S	COMERCIALIZA FEIJÃO	M	13 <sup>a</sup>	PARDA
USUÁRIO 8	PAN LÍDER	S	COMERCIALIZA HORTALIÇAS	M	14 <sup>a</sup>	PRETA
USUÁRIO 9	10\VENANCIO	S	COMERCIALIZA PINTURA EM CERÂMICA	M	14 <sup>a</sup>	PRETA
USUÁRIO 10	07\LOTES	S	COMERCIALIZA VERDURAS	M	12 <sup>a</sup>	PRETA
USUÁRIO 11	05\MAIA AMALIA	S	FRETISTA	M	11 <sup>a</sup>	PRETA
USUÁRIO 12	09\tIBIRI	S	COMERCIALIZA HORTALIÇAS	M	12 <sup>a</sup>	PARDA
USUÁRIO 13	09\tIBIRI	S	COMERCIALIZA HORTALIÇAS	M	12 <sup>a</sup>	PRETA
USUÁRIO 14	07\LOTES	S	COMERCIALIZA ÁGUA MINERAL	M	12 <sup>a</sup>	PARDA
USUÁRIO 15	09\tIBIRI	S	VENDEDOR DE ANIMAIS E RAÇÃO	M	13 <sup>a</sup>	PRETA

Fonte: Acervo CREAS Barreiros-PE (2022)

As crianças e adolescentes já são referenciadas no PAEFI/CREAS, PAIF/CRAS, SCFV e nos demais equipamentos da Rede de Proteção. O trabalho que vem sendo realizado pelas equipes da assistência social e demais políticas é de sensibilizar a família e população para que a situação seja sanada a partir de algumas estratégias como, realização de ações de mobilização, distribuição de panfletos, fixações de cartazes, reuniões com a rede, lives através das redes sociais do município, bate-papo na rádio, participando de formações e realizando abordagens sociais nas feiras livres da cidade, ao menos duas vezes

por semana. Para as famílias participação das crianças e adolescentes em atividades educativas no SCFV no contra turno escolar, incentivo a pratica de esportes, viabilização de benefícios eventuais para complemento na renda das famílias, atividades individuais e em grupo que possibilitem reflexão acerca do Trabalho Infantil e as consequências futuras.

Para além da questão de pauperização é possível identificar que o trabalho infantil na cidade de Barreiros-PE tem predominância de raça e gênero, resquícios do racismo iniciado com após a escravidão no Brasil que libertou os escravos mais que não possibilitou meios para que esses adentrassem no mercado de trabalho de forma digna, sem experiência ou formação para desenvolver atividades que não fossem do campo e essa realidade que perpassa aos dias atuais. A população preta, em sua maioria reside nas comunidades, onde não se tem investimentos de Políticas Públicas como deveriam, não dispõe de espaço para práticas de lazer e atividades físicas, os filhos e filhas muitas vezes não conseguem concluir os estudos pois precisam trabalhar para sustentar sua família e a desigualdade de raça se propaga cada vez mais. O acesso as universidades públicas por parte dessa população é bem a baixo quando comparado ao número de pessoas brancas e com grande poder aquisitivo na sociedade e tudo isso só reforça a desigualdade decorrente do racismo que perpassa gerações.

Conforme dados do IBGE (2010) a partir de uma amostra de 6.971 crianças e adolescentes entre 10 e 17 anos, 29% estão em situação de trabalho infantil no município. Com o advento da pandemia é provável que esse número tenha tido aumento, visto que as aulas eram remotas e muitas famílias perderam sua fonte de renda, contudo, não se tem registros no município de quem são essas crianças e/ou adolescentes, essa realidade é preocupantes, pois, de acordo com a equipe de abordagem social do CREAS de barreiros-PE, em dezembro de 2022 apenas 15 crianças foram identificadas pelo serviço, logo é possível perceber que o município tem um número expressivo de subnotificação.

Os que defendem o Trabalho Infantil no município são pessoas que, quando criança ou adolescente estiveram nas mesmas condições e não conseguem enxergar outra saída a não ser se perpetuar a mesma história de pobreza, sem novas perspectivas, incentivando e essa postura valoriza o entendimento do censo comum. Além dessas, existe uma fragilização em relação a atores que compõem a rede de proteção à criança e adolescente, visto que grande parcela desses defendem o Trabalho Infantil, sobretudo para as famílias que vivenciam situação de pobreza, contudo não desejam essa realidade para seus filhos e filhas e isso tem sido um retrocesso para infância, visto que quem deveria lutar contra, se

posiciona a favor do Combate ao Trabalho Infantil.

Essa é a realidade de muitas crianças e adolescentes em Barreiros e em todo país, pela arrogância de muitos, pela naturalização de tantos, esse público vem perdendo o direito de vivenciar sua infância de forma justa e digna, estão dedicando seu tempo e sua vida em atividades lucrativas que no futuro trarão sequelas impagáveis, só com luta para pôr fim nessa violação de direitos e garantir Justiça Social e equidade para o futuro de nossa nação.

## **4 PROJETO DE INTERVENÇÃO**

### **4.1 JUSTIFICATIVA**

A escolha do tema surgiu a partir de um problema real vivenciado a partir da experiência profissional frente a coordenação do Centro de Referência Especializado de Assistência Social Mãos Acolhedoras do Município de Barreiros –PE, a partir do início de gestão em 2021 até os dias atuais.

O CREAS é o equipamento responsável pelo atendimento e acompanhamento dos indivíduos e/ou famílias em situação de violência ou violação de direitos. A problemática de Trabalho Infantil é uma delas, contudo, no município essa demanda não fazia parte da rotina de trabalho da equipe. Com a implementação do serviço de abordagem social, foi possível identificar e iniciar um mapeamento do Trabalho Infantil no município, contudo a partir dos primeiros trabalhos realizados em âmbito municipal percebeu-se por meio de equipamentos que compõem a rede de proteção à criança e adolescente, assim como a população em geral uma visão conservadora silencia a problemática, a partir do discurso moralizador que dignifica o trabalho.

Diante disso, é possível perceber uma fragilidade sobretudo por meio da rede de proteção, visto que o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente evidencia em seu capítulo V, Art. 60 que “É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.” Logo, o fato de atores da rede se posicionarem a favor fragiliza toda e qualquer tentativa de trabalho de combate ao Trabalho Infantil.

O aumento da pobreza decorrente dos governos neoliberal de Michel Temer e Jair Messias Bolsonaro de 2016 a 2022 é um reflexo para o aumento acentuado do trabalho

infantil. A falta de investimento do estado em Políticas Públicas tem como reflexo a pobreza extrema e o Brasil de volta a linha da pobreza, inúmeras famílias se reinventando para garantir as refeições de seus filhos e filhas, e percebe-se aí um desgoverno e a infância sendo perdida, decorrente do Trabalho Infantil para sobrevivência.

## 4.2 OBJETIVOS

- **Objetivo Geral**

Contribuir no combate do Trabalho Infantil em Barreiros-PE e o fortalecimento do debate junto a Rede de Proteção à Criança e Adolescente.

- **Objetivo Específico**

- Contribuir na construção de instrumento para mapeamento do Trabalho Infantil no município em âmbito urbano e rural;
- Analisar as fragilidades da Rede de Proteção na luta pelo combate do Trabalho Infantil;
- Promover capacitação para Rede Intersetorial a partir dos dados obtidos com a pesquisa;

## 4.3 ATIVIDADES

Em parceria com a equipe de abordagem social do CREAS foi possível obter dados acerca do diagnóstico socioterritorial do Trabalho Infantil em Barreiros e em diálogo com a equipe percebe-se a necessidade do fortalecimento do trabalho em Rede, visto que hoje apenas o CREAS desenvolve ações diretas de combate para o público.

Nesse sentido se desenhou a proposta de um processo formativo para a rede intersetorial, na perspectiva de dialogar a respeito da temática, visando contribuir no fortalecimento da Rede de Proteção à criança e adolescente e nessa perspectiva refletir com a rede nos encontros sobre as fragilidades enfrentadas no combate ao Trabalho Infantil.

**1º Atividade (05.04) – Realizar visitas institucionais aos setores e órgãos para**  
Sensibilizar a rede intersetorial à participação do processo formativo, sendo entregues

convites e realizando divulgação em redes sociais;

**2º Atividade (12.04)** – 1º No primeiro encontro será realizado um acolhimento inicial com quebra gelo, com a reflexão do barbante e entrelaço que fazem menção ao papel de cada participante na rede de proteção. 2º No segundo momento será realizado um diálogo com participantes sobre o surgimento do Trabalho Infantil e o mapeamento Trabalho infantil no território de Barreiros-PE;

**3º Atividade (26.04)** – No segundo encontro será realizado dialogar com participantes sobre o Trabalho Infantil e os impactos na vida da criança e adolescente;

**4º Atividade (10.05)** – No segundo momento será realizado dialogar com participantes sobre Importância de uma Rede de Proteção efetiva para Garantia da Infância;

**5º Atividade (24.05)** – No último momento será Apresentado o Vídeo Vida Maria (YouTube) e posteriormente realizar diálogo e reflexão a respeito da construção de um Grupo de Trabalho para combate ao Trabalho Infantil.

**6º Atividade (07.06)** – No último encontro será realizada a culminância, finalização e avaliação do processo formativo.

#### **4.4 METODOLOGIA**

A proposta das atividades tem a perspectiva de somar esforços no processo de Educação Permanente conduzido pela Secretaria de Assistência Social de Barreiros. A Metodologia proposta para execução das atividades se dará a partir da composição de um círculo, na perspectiva de dialogar com integrantes da rede intersetorial, a fim de que a partir das atividades desenvolvidas seja possível o fortalecimento da rede local.

As atividades propostas ocorrerão de forma quinzenal, no período das 9hrs às 11hrs, para um público estimado de vinte cinco pessoas. A atividade inicial se dará por meio da mobilização para participação do processo de formação. Os convites serão realizados a partir de visitas institucionais nas Secretarias Municipais, Ministério público, Fórum, Polícia Civil e Militar, Conselho tutelar, Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescentes, escolas da Rede Estadual, Federal e privada, assim como divulgação em mídias sociais. Os demais encontros ocorrerão posteriormente conforme datas apresentadas. É importante destacar que os encontros ocorrerão no espaço físico do Auditório do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

A proposta dos encontros é problematizar os temas que serão debatidos, na

perspectiva de sensibilizar os participantes quanto a gravidade da problemática na vida das crianças e adolescentes e seu papel enquanto garantidor de direitos, conforme disposto no ECA.

O momento será conduzido em parceria com a equipe de abordagem social e equipe técnica do CREAS, por serem um equipamento de referência para acompanhamento individual e/ou familiar de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil e outras violências, por terem aproximação com a temática e contribuir no processo de construção do projeto a partir do repasse de informações, no que diz respeito ao diagnóstico socioterritorial.

No quinto encontro, além da problematização acerca do vídeo, será provocado entre os participantes a possibilidade de se estruturar um trabalho contínuo em relação a temática, visto que é um problema real e silenciado no município e que precisa de intervenções efetivas afim de combater a problemática.

Ao final do processo de Tratamento dos dados obtidos a partir da avaliação, será construído um relatório final a respeito do processo formativo, o mesmo irá conter pontos positivos e estratégias traçadas pelo grupo ao longo do percurso, na perspectiva de demonstrar a importância do fortalecimento do trabalho em rede, para alcançar objetivos comuns, o mesmo será entregue ao Conselho Municipal de direitos da Criança e do Adolescente como proposta para efetivação do Grupo de Trabalho de Combate ao Trabalho infantil.

Os insumos operacionais (Datashow, notebook, microfone etc.) serão disponibilizados a partir do próprio auditório, no CRAS.

#### **4.5 AVALIAÇÃO**

A avaliação do processo formativo se dará a partir de dois momentos. O primeiro ocorrerá de forma coletiva, a partir da construção de uma nuvem de palavras, que se acontecerá no último encontro presencial. Em círculo, cada participante irá expor sua avaliação oral e uma palavra que defina o processo formativo sendo, escrita na nuvem de palavras.

O segundo momento de avaliação, se dará a partir do preenchimento individual de um formulário de avaliação composto por questões mais gerais que dizem respeito a metodologia da formação, espaço físico, insumos utilizados, duração etc.

Após conclusão do processo de avaliação os dados serão trabalhados e subsidiarão a construção do relatório final.

#### 4.6 CRONÔGRAMA

ETAPAS	ABR	MAIO	JUN	JUL
Elaboração do projeto de intervenção	X			
Levantamento bibliográfico e documental	X			
Produção de fichamentos	X			
Realização de visita institucional para realização de convites	X			
Surgimento do Trabalho Infantil e o Trabalho infantil em Barreiros-PE;	X			
O Trabalho infantil e os impactos na vida da criança e adolescente;	X			
O Trabalho infantil e os impactos na vida da criança e adolescente;		X		
Apresentação e Reflexão acerca do vídeo Vida Maria (YouTube) e proposição a respeito da construção de um Grupo de Trabalho para combate ao trabalho infantil.		X		
Culminância, Finalização e Avaliação.			X	
Tratamento dos dados obtidos com avaliação do processo formativo			X	
Envio de relatório acerca do processo para o CMDCA com a proposta da construção				X

do GT.				
--------	--	--	--	--

#### **4.7 RESULTADOS ESPERADOS**

Como produto final do projeto de intervenção, espera-se contribuir no fortalecimento da Política Pública garantidora dos direitos das crianças e adolescentes através da Rede de Proteção visando Combate ao Trabalho Infantil a partir de ações planejadas de forma integrada a partir da rede intersetorial, que possibilitará um debate mais efetivo entre as políticas públicas, garantindo assim que crianças e adolescentes tenham sua infância livre de qualquer forma de trabalho infantil e que possam usufruir dela de forma digna, investindo na educação de base, interação comunitária, atividades esportivas e de cunho pedagógico no contra turno escolar a partir de programas, projetos e ações de âmbito municipal.

Ainda, pretende-se provocar na rede de proteção a crítica quanto sua atuação na efetivação da garantia dos direitos para as crianças e adolescentes, com isso será possível sensibilizar os participantes sobre a importância de assumir um compromisso com a infância na cidade, visto que a criança deve ser prioridade em todos os âmbitos.

## CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o estudo, foi possível perceber quão vulneráveis estão as crianças e adolescentes do município de Barreiros, visto que o índice de crianças e adolescentes só aumenta a cada ano, sobretudo como resposta a covid-19 e desmontes de Políticas Públicas tão importantes para o público infante juvenil. É possível perceber o quanto o consenso de naturalização e o silenciamento, que, no município tem resultado em subnotificação reforça a aceitação do Trabalho Infantil como algo “normal” e como a falta de uma intervenção mais assertiva através da Rede de Proteção à criança e adolescente, sobre esta violência interfere de forma negativa na vida desse público.

É extremamente importante que a sociedade e a Rede de Proteção percebam a importância do seu papel na Erradicação do Trabalho infantil e se sensibilizem quanto necessidade das notificação do Trabalho Infantil, sobretudo para implementação de Políticas Públicas no território, tendo em vista que dados comprovam a existência de um problema. Se existe subnotificação, não existe dados formais que indicam a ocorrência da violência e conseqüentemente o investimento em Políticas Públicas para o combate dessa violência não ocorrerá no município, nesse sentido a proposta do trabalho possibilitará uma reflexão crítica no que diz respeito a subnotificação e as conseqüências para a infância, assim como reforça a importância de uma Rede de Proteção comprometida.

A Erradicação do Trabalho Infantil no município possibilitará um avanço para infância, no que diz respeito ao desenvolvimento de crianças e adolescentes. Com a Erradicação dessa violação de Direitos será possível quebrar com a reprodução do ciclo de pobreza de muitas famílias no município, contribuirá nos índices de educação, sobretudo em relação a evasão escolar e na convivência social e comunitária, pois as crianças e adolescentes passarão a vivenciar cada fase de sua vida, conforme estabelece o ECA.

A eliminação dessa violência abrirá espaço para uma sociedade mais justa, com Equidade e Justiça Social. Espera-se com o trabalho, contribuir para uma reflexão crítica da sociedade e da Rede de Proteção, na perspectiva de que o público infante juvenil, possa viver sua infância livre do Trabalho Infantil e de outras formas de violência e violação de direitos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Gustavo. **A Usina Central Barreiros e as Implicações Socioeconômicas no Espaço Urbano de Barreiros, Pernambuco**. Tese (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação - Universidade Federal de Pernambuco. (p. 120, 126 e 154). 2014.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso 22 fev. 2023

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990a.

GOV.BR. MINISTÉRIO DO ESPORTE. **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil**. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/servicos-e-programas-1/acao-estrategica-do-programa-de-erradicacao-do-trabalho-infantil>. Acesso em: 13 mar. 2023.

GOV.BR. MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA. **III Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador (2019 – 2022)**. (p. 6 e 12). Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/novembro/lancado-3o-plano-nacional-de-prevencao-e-erradicacao-do-trabalho-infantil/copy\\_of\\_PlanoNacionalversosite.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/novembro/lancado-3o-plano-nacional-de-prevencao-e-erradicacao-do-trabalho-infantil/copy_of_PlanoNacionalversosite.pdf). Acesso em: 25 mar. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA: **Censo 2010 Amostra trabalho Infantil. Brasil**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/23/23226>. Acesso 27 mar. 2023

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA: **Censo 2010 Barreiros-PE. Brasil, 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/barreiros/panorama>. Acesso 27 mar. 2023

KASSOLF, Ana. O que conhecemos sobre o trabalho infantil? Nova Economia, Belo Horizonte, p. 324. Disponível: <https://www.scielo.br/j/neco/a/vNWZvdPj8mGNRNF48zxWXPJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 3 fev. 2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **O que é Trabalho Infantil**. Disponível em: [https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-infantil/WCMS\\_565163/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-infantil/WCMS_565163/lang--pt/index.htm). Acesso em: 27 mar. 2023

PADILHA, M. **Criança não deve trabalhar: Análise sobre o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e repercussão nas experiências das famílias participantes**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação - Universidade Federal de

Pernambuco. (p. 39, 40 e 54). 2005.

SIGAS.PE. SECRETARIA EXECUTIVA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PERNAMBUCO. Coordenação de Vigilância Socioassistencial. **Diagnóstico sobre o Trabalho Infantil.** Disponível em: <https://www.sigas.pe.gov.br/files/02082023024232-diagnostico.sobre.trab.infantil.pdf>. p. 13. Acesso em: 13 mar. 2023.

SILVEIRA, Rosa *et al.* Educação em Direitos Humanos: Fundamentos Teórico-metodológicos. João Pessoa, Paraíba: Editora Universitária, 2007. p 38. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/ncdh/wp-content/uploads/2014/07/merged.compressed.pdf>. Acesso em 22 fev. 2023

STOODI. GEOGRAFIA. **Globalização: o que é, fases, características e mais! 14 de Abril de 2021.** Disponível em: <https://blog.stoodi.com.br/blog/geografia/o-que-e-globalizacao/#:~:text=Globaliza%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A9%20o%20ou,ta mb%C3%A9m%20sociais%20culturais%20ou%20pol%C3%ADticas>. Acesso em: 22 fev. 2023.

TREVISAM, Elisaide *et al.* **XXV CONGRESSO DO CONPEDI - CURITIBA: Direitos Sociais e Políticas Públicas I.** Disponível em: <http://site.conpedi.org.br/publicacoes/02q8agmu/j0o20wk3/IDvqgl21q392xbCA.pdf>. P. 152. Acesso em 25 mar. 2023

UNICEF BRASIL. PARA CADA CRIANÇA. **Trabalho infantil aumenta pela primeira vez em duas décadas e atinge um total de 160 milhões de crianças e adolescentes no mundo.** Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/trabalho-infantil-aumenta-pela-primeira-vez-em-duas-decadas-e-atinge-um-total-de-160-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-no-mundo>. Acesso em: 25 mar. 2023

## ANEXOS

### a. Questionários / Formulários

#### Formulário de Avaliação

1. Nome Completo: \_\_\_\_\_
2. Qual instituição você representa?
3. Analise as questões abaixo e assinale apenas uma resposta para cada pergunta:
  - A formação atendeu as suas expectativas?  
( ) Sim ( ) Parcial ( ) Não
  - Os conhecimentos abordados foram suficientes?  
( ) Sim ( ) Parcial ( ) Não
  - A carga horária da formação foi bem distribuída?  
( ) Sim ( ) Parcial ( ) Não
  - O desempenho da mediadora foi satisfatório?  
( ) Sim ( ) Parcial ( ) Não
  - O desempenho da equipe organizadora foi satisfatória?  
( ) Sim ( ) Parcial ( ) Não
  - O Local da formação foi Satisfatório?  
( ) Sim ( ) Parcial ( ) Não

4. Espaço reservado para que você dê outras opiniões e sugestões

---

---

---

---

---

5. O que lhe impactou no curso?

---

---

---

---

---